

EXPLORANDO A GEOGRAFIA DA ÁFRICA NA SALA DE AULA: UMA ANÁLISE DA BNCC COMO REFERÊNCIA CURRICULAR

Matheus Henrique Pereira da Silva¹

Marciléia Oliveira Bispo²

RESUMO

O presente estudo propõe uma reflexão da abordagem do ensino de Geografia da África na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) de 2018, levando em consideração que foi constatada uma ausência dessa temática em determinadas séries da educação básica, a qual, teve como objetivo analisar e obter uma compreensão em que se direcionou a atenção à distribuição dos conteúdos relacionados à Geografia da África ao longo dos diferentes níveis de ensino: educação infantil, ensino fundamental e ensino médio. Os procedimentos metodológicos utilizados basearam-se em pesquisa bibliográfica com ênfase nos estudos de Munanga (2005), Santos (2009), Ferracini (2012), Silva (2023) e outros, além da análise documental, utilizando como subsídio a BNCC (2018) e a Lei nº 10.639/03. Como resultados alcançados, verificou-se a ausência dos conteúdos de Geografia do continente africano na educação infantil, uma vez que não foi identificado nenhum aspecto que abordasse a Educação Étnico-Racial. Além disso, constatou-se que esta temática ainda é pouco explorada nos anos iniciais do ensino fundamental. Nos anos finais do ensino fundamental, os conteúdos estão concentrados somente no 8º ano. Por fim, no ensino médio, a discussão é insuficiente. Conclui-se, nesta investigação, a relevância do papel desempenhado pelos professores no processo de ensino, uma vez que estes profissionais devem ser instigados a elaborar, desenvolver e/ou apresentar atividades que favoreçam a efetiva aprendizagem dos temas relacionados à Geografia da África, em conformidade com as diretrizes estabelecidas na Lei nº 10.639/03.

PALAVRAS-CHAVE: Continente africano; Lei nº 10.639/03; Diretrizes Curriculares; Educação Básica.

EXPLORING AFRICAN GEOGRAPHY IN THE CLASSROOM: AN ANALYSIS OF BNCC AS A CURRICULAR REFERENCE

ABSTRACT

This study proposes a reflection on the approach to teaching Geography of Africa in the National Common Curricular Base (BNCC) of 2018, considering that a lack of this theme was identified in certain grades of basic education. The study aimed to analyze and understand the distribution of content related to Geography of Africa across different levels of education: early childhood education, elementary school, and high school. The methodological procedures were based on bibliographic research with a focus on studies by Munanga (2005), Santos (2009), Ferracini (2012), Silva (2023), and others, in addition to document analysis using BNCC (2018) and Law No. 10.639/03 as a subsidy. As a result, the absence of content on the African continent's geography in early childhood education was verified, as no aspect addressing Ethnic-Racial Education was identified. Furthermore, it was found that this theme is still underexplored in the early years of elementary education. In the final years of elementary school, the content is concentrated only in the 8th grade. Lastly, in high school, the discussion is insufficient. This research concludes the relevance of the role played by teachers in the teaching process, as these professionals should be encouraged to elaborate, develop, and/or present activities that promote effective learning of topics related to Geography of Africa, in accordance with the guidelines established in Law No. 10.639/03.

KEYWORDS: African continent; Law nº 10.639/03; Curricular Guidelines; Basic Education.

¹ Mestre em Geografia. Professor no curso de Geografia da Universidade Estadual de Goiás – Unidade Porangatu. Email: matheushenrique05@live.com

² Doutora em Geografia. Professora na Graduação e no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Tocantins – Campus Porto Nacional. E-mail: marcileia@uft.edu.br

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa teve como objetivo analisar a forma como a Base Nacional Comum Curricular (2018) aborda o ensino de Geografia da África, especificamente a distribuição dos conteúdos relacionados a esse tema ao longo dos diferentes níveis de ensino, incluindo a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio. A partir disso, entende-se que a Geografia do continente africano é pertinente, pois, é um continente que teve suas contribuições na formação étnico-cultural do território brasileiro, sendo através dos aspectos culturais, econômicos, sociais e/ou políticos. Nesse enfoque, “diversidade é, talvez, a palavra mais adequada quando se trata do continente africano. Este continente é a parte do planeta onde, segundo os arqueólogos, teria surgido a espécie humana, as primeiras civilizações agro-sedentárias e burocráticas”. (SANTOS; OLIVEIRA, 2013, p. 1).

Trabalhar os conteúdos de Geografia da África na sala de aula é uma tarefa desafiadora, especialmente diante dos obstáculos relacionados à formação do professor. Neste sentido, torna-se necessário adquirir conhecimento teórico e metodológico sobre o continente africano ao ministrar aulas de Geografia no Ensino Fundamental e Médio, considerando que, ainda existem desafios persistentes no ensino dos aspectos geográficos e cartográficos relacionados à África (SILVA, 2023). É reconhecido que a falta de familiaridade com os conteúdos, especialmente aqueles relacionados à Geografia da África, contribui para uma compreensão superficial do assunto e para a propagação de informações distorcidas. Para isso, é fundamental superar essa deficiência a fim de adotar uma abordagem mais abrangente e significativa em relação ao continente africano, de forma que, os estudantes possam construir uma perspectiva positiva da África, reconhecendo e valorizando sua diversidade.

A fim de compreender a organização do ensino de Geografia da África em diferentes níveis educacionais, é fundamental habituar-se com os documentos que direcionam o ensino desse tema. No entanto, destacam-se as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira (BRASIL, 2013), Lei nº 10.639/03 e a Lei nº 11.645/08. Além disso, é necessário considerar a Base Nacional Comum Curricular (2018) e os documentos curriculares estaduais e municipais. Por meio do estudo dessas diretrizes, é possível promover uma compreensão aprofundada e abrangente dos diversos aspectos geográficos, culturais e históricos do continente africano, a qual, favorece o aprendizado dos estudantes, auxiliando-os a reconhecer a importância da África.

Destarte, entender a Geografia da África na sala de aula é um exercício indispensável, e uma ação que pode viabilizar esse entendimento é a utilização das categorias de análise geográfica, como espaço, paisagem, território, lugar e região. No entanto, persistem preocupações em relação à

aplicabilidade desse tema nas escolas, pois, de acordo com Ferracini (2012, p. 171), "o campo de pesquisa da África na Geografia acadêmica e escolar é vasto e ainda pouco explorado em seus diferentes vieses". Fomentar esse debate é fundamental para compreender as relações espaciais, territoriais, disputas geopolíticas, conflitos sociais e outros aspectos relevantes. Essa abordagem torna-se ainda mais necessária quando se subentende que a África é considerada o epicentro do povoamento do planeta, onde, segundo arqueólogos, surgiram a espécie humana, as primeiras civilizações agro-sedentárias e burocráticas. (SANTOS; OLIVEIRA, 2013). Essa perspectiva nos permite explorar a riqueza histórica e geográfica da África, proporcionando uma visão abrangente e significativa da temática africana.

Discutindo-se o ensino de Geografia da África, é essencial compreender a importância da Lei nº 10.639/03, que modifica a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, estabelecendo diretrizes e bases da educação nacional. Essa lei torna obrigatória a inclusão da temática "História e Cultura Afro-Brasileira" no currículo oficial da Rede de Ensino. (BRASIL, 2003). Dessa forma, é responsabilidade do professor ter um amplo entendimento dessa lei, uma vez que ela contribui significativamente para refletir sobre as relações étnico-raciais no ambiente escolar. Para Santos (2009, p. 11) "a Lei 10.639/03 não é apenas uma conquista do Movimento Negro Brasileiro, ela é um instrumento de luta deste movimento na busca da construção de uma educação anti-racista, uma educação para a igualdade racial".

Neste artigo, propomos uma discussão sobre o Ensino de Geografia da África, com uma abordagem especializada na Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Exploraremos as diferentes etapas educacionais - Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio - considerando a importância de incorporar a temática africana no currículo escolar. Sendo assim, utilizou-se como instrumento metodológico pesquisa bibliográfica, a qual, pautou-se em fazer uma abordagem dos principais autores referente à temática e análise documental, tendo como embasamento a BNCC (2018) e a Lei nº 10.639/03.

Dentre os estudos fundamentais que embasam a discussão sobre a Geografia da África, vale mencionar os trabalhos de Munanga (2005), Santos (2009), Ferracini (2012), Santos e Oliveira (2013) e Anjos (2017). Esses autores desempenham um papel relevante ao contribuírem para a construção do conhecimento acerca das questões étnico-raciais no Brasil. Além disso, é notável que o número de pesquisas sobre a Geografia da África nos programas de pós-graduação tem aumentado constantemente. Um estudo realizado por Mendes (2021) revelou que, em um levantamento da produção acadêmica, foram identificados um total de onze trabalhos que relacionam a temática africana com o ensino de Geografia. Esses trabalhos são compostos por sete dissertações e quatro

teses, todos concentrados em um período de apenas seis anos (2012 a 2017). Essa tendência reflete o crescente interesse e a relevância dessa área de estudo, impulsionando a produção científica e o aprofundamento no ensino da Geografia da África.

Diante desse contexto, cabem-se propor as seguintes indagações: Qual a abordagem mais eficaz para o ensino de Geografia da África, visando promover um amplo entendimento de sua composição geográfica e contribuir para o processo de ensino e aprendizagem? Quais são as razões por trás das distorções frequentemente encontradas ao abordar esse continente no ambiente escolar? Como os temas relacionados à África podem ser apresentados de forma a facilitar a compreensão das categorias de análise geográfica, como espaço geográfico, lugar, território, região e sociedade? Além disso, como os conteúdos geográficos referentes ao continente africano estão distribuídos na Base Nacional Comum Curricular (2018)?

AS ETAPAS DA BNCC E O ENSINO DE GEOGRAFIA DA ÁFRICA

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento normativo que estabelece as aprendizagens fundamentais que todos os estudantes devem adquirir ao longo de sua trajetória na Educação Básica. Ela garante que os alunos tenham seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento assegurados, de acordo com o que é estipulado pelo Plano Nacional de Educação (PNE). A BNCC é um conjunto progressivo e integrado de conhecimentos essenciais, aplicáveis em todas as etapas e modalidades da educação. (BRASIL, 2018).

No estudo realizado por Silva (2023), foi identificada a ausência de dados específicos relacionados ao ensino da Geografia da África durante a fase de Educação Infantil, a partir de uma análise detalhada da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Além disso, observou-se a falta de conteúdos de Geografia em geral nessa fase, que corresponde à introdução dos alunos na educação básica, abrangendo a creche (bebês de 0 a 1 ano e 6 meses / crianças bem pequenas de 1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses) e a pré-escola (crianças pequenas de 4 anos a 5 anos e 11 meses). Essas constatações são respaldadas pelo documento oficial da BNCC. (BRASIL, 2018).

Ao analisar os conhecimentos específicos da BNCC na área de Ciências Humanas, é evidente a clareza na definição de um conjunto de objetos de conhecimento que promovem o desenvolvimento de habilidades e a capacidade dos alunos de compreenderem diferentes culturas, sociedades, tempos históricos, territórios e paisagens. Isso contribui para uma melhor compreensão do Brasil, sua diversidade regional e territorial. Além disso, a BNCC visa incentivar os alunos a

refletirem sobre seu papel singular e responsável na história de suas famílias, comunidades, nação e no mundo. (BRASIL, 2018).

Neste parágrafo, exploraremos a fase subsequente da Base Nacional Comum Curricular (2018): os primeiros anos do ensino fundamental, que abarcam do 1º ao 5º ano. De acordo com Mendes (2021), quando se trata do ensino de Geografia da África nessa etapa, é importante ressaltar que as abordagens sobre África, africanidades e questões raciais começam a ser introduzidas apenas a partir do 3º ano, com poucas ou nenhuma referência nos anos anteriores. Essa constatação revela a falta de uma discussão direta e aprofundada sobre a África, com o foco do debate centrado principalmente na questão racial. Para a pesquisadora, essa abordagem inicial é essencial para subsidiar a compreensão dos aspectos culturais, políticos e econômicos associados ao contexto africano.

De acordo com as concepções de Silva (2023), apresentada no quadro a seguir, são destacadas habilidades relacionadas ao ensino de Geografia da África no contexto dos anos iniciais do ensino fundamental.

Habilidades da BNCC com ênfase ao ensino de Geografia da África nos anos iniciais do Ensino Fundamental

1º ano - Ensino Fundamental Anos Iniciais	Não aborda sobre o ensino de Geografia da África nas habilidades
2º ano - Ensino Fundamental Anos Iniciais	Não aborda sobre o ensino de Geografia da África nas habilidades
3º ano - Ensino Fundamental Anos Iniciais	Não aborda sobre o ensino de Geografia da África nas habilidades
4º ano - Ensino Fundamental Anos Iniciais	<p>(EF04GE01) Selecionar, em seus lugares de vivência e em suas histórias familiares e/ou da comunidade, elementos de distintas culturas (indígenas, afro-brasileiras, de outras regiões do país, latino-americanas, europeias, asiáticas etc.), valorizando o que é próprio em cada uma delas e sua contribuição para a formação da cultura local, regional e brasileira. (BRASIL, 2018, p. 377).</p> <p>(EF04GE06) Identificar e descrever territórios étnico-culturais existentes no Brasil, tais como terras indígenas e de comunidades remanescentes de quilombos, reconhecendo a legitimidade da demarcação desses territórios. (BRASIL, 2018, p. 377).</p>
5º ano - Ensino Fundamental Anos Iniciais	(EF05GE02) Identificar diferenças étnico-raciais e étnico-culturais e desigualdades sociais entre grupos em diferentes territórios. (BRASIL, 2018, p. 379).

Elaborado por Silva (2023) - Fonte: Brasil (2018)

Ao analisar o quadro anterior, fica evidente a ausência dos elementos que compõem o ensino de Geografia da África nos anos iniciais do ensino fundamental, do 1º ao 3º ano. Além disso, mesmo no 4º ano, em que são apresentadas duas habilidades, percebe-se que elas são abrangentes e não abordam especificamente o continente africano. No 5º ano, há apenas uma habilidade relacionada às diferenças étnico-raciais, culturais e desigualdades sociais em diferentes territórios. As constatações aqui apresentadas têm sua fundamentação embasada na Base Nacional Comum Curricular. (BNCC, 2018). Segundo Silva (2023), é notável a falta da palavra "África" em todas as habilidades dos anos iniciais do ensino fundamental, o que reforça a necessidade de maior inclusão e abordagem específica sobre o continente africano nessa etapa da educação.

Ao discutir o ensino de Geografia nas escolas, é substancial promover um debate que desperte o interesse em abordar os aspectos relacionados ao espaço geográfico africano. Isso requer uma constante atualização de leituras e um bom preparo por parte dos professores, a fim de operacionalizar, em sala de aula, o ensino do entendimento cartográfico. Essa concepção é defendida por Silva (2021), no qual, ressalta a importância de proporcionar aos estudantes uma compreensão mais ampla e aprofundada sobre o continente africano, sua geografia e sua diversidade, incentivando a reflexão crítica sobre as relações espaciais e culturais. Essa perspectiva requer uma preparação adequada por parte dos educadores, visando a efetiva transmissão do conhecimento geográfico sobre a África aos alunos.

Conforme apontado por Anjos (2005) nos livros didáticos de geografia geral e nos atlas geográficos, a abordagem do continente africano é frequentemente relegada às partes finais dessas publicações, além de receber um espaço significativamente menor em comparação aos demais continentes. Sendo considerado como o último a ser estudado, é comum que o tempo escolar se esgote para cumprir o programa estabelecido, resultando, muitas vezes, na falta de estudo sobre a África. Essa situação evidencia a necessidade de repensar a abordagem pedagógica, a fim de garantir uma maior ênfase e tempo dedicados ao estudo e compreensão do continente africano.

Contudo, em um estudo sobre uma proposta metodológica para promover a alfabetização cartográfica da África, elaborado por Silva (2023), foi evidenciado que essa atividade resultou em uma compreensão abrangente e precisa da Geografia da África pelos alunos do Centro de Ensino em Período Integral, localizado em Porangatu-GO, que foram expostos a aspectos econômicos, sociais, culturais e físicos que contribuem para a reflexão sobre a organização do espaço africano. Além do mais, desempenhou um papel de extrema relevância na formação de novas perspectivas ao longo de cada aula ministrada, notavelmente, promovendo uma visão renovada do continente

africano que destacou suas diversas riquezas econômicas, culturais, físicas e políticas, além de ter possibilitado o estabelecimento de uma relação entre o Brasil e a África.

Compreender os aspectos geográficos e cartográficos da África desempenha um papel fundamental para uma compreensão precisa deste continente, evitando que os alunos o associem exclusivamente a um lugar caracterizado por pobreza e diversos problemas. Santos e Oliveira (2013) destacam que as imagens predominantes sobre a África nos dias de hoje tendem a transmitir estereótipos pejorativos. Primitivismo, tribalismo, subdesenvolvimento, doenças, miséria e violência, entre outros, contrastam e, paradoxalmente, combinam-se com imagens de riqueza natural e cultural (especialmente musical) e vigor físico dos africanos, formando a ideia de indivíduos e povos incapazes de estabelecer civilizações, sendo cognitivamente inferiores e, portanto, influenciados e comandados por povos de outros continentes. É crucial desconstruir essas imagens estereotipadas e fornecer aos alunos uma perspectiva mais completa e precisa sobre a África.

No ciclo final do ensino fundamental, que compreende os anos do 6º ao 9º ano, há uma abordagem mais aprofundada das noções de temporalidade, espacialidade e diversidade. Nessa etapa, é fundamental considerar a perspectiva dos direitos humanos para uma compreensão ampla e complexa desses temas. A BNCC reconhece a importância de desenvolver nos estudantes a capacidade de refletir criticamente sobre as dimensões do tempo, do espaço e da diversidade, tendo em vista os princípios fundamentais dos direitos humanos. (BRASIL, 2018).

De acordo com o quadro elaborado por Silva (2023), podemos observar a distribuição das habilidades estabelecidas pela Base Nacional Comum Curricular (2018) para o ensino de Geografia, direcionadas especificamente ao continente africano, nos anos do 6º ao 9º do ensino fundamental.

Habilidades da BNCC com ênfase ao ensino de Geografia da África nos anos finais do Ensino Fundamental

6º ano - Ensino Fundamental Anos Finais	Não aborda sobre o ensino de Geografia da África nas habilidades.
7º ano - Ensino Fundamental Anos Finais	<p>(EF07GE03) Selecionar argumentos que reconheçam as territorialidades dos povos indígenas originários, das comunidades remanescentes de quilombos, de povos das florestas e do cerrado, de ribeirinhos e caiçaras, entre outros grupos sociais do campo e da cidade, como direitos legais dessas comunidades. (BRASIL, 2018, p. 387).</p> <p>(EF07GE04) Analisar a distribuição territorial da população brasileira, considerando a diversidade étnico-cultural (indígena, africana, europeia e asiática), assim como aspectos de renda, sexo e idade nas regiões brasileiras. (BRASIL, 2018, p. 387).</p>

<p>8º ano - Ensino Fundamental Anos Finais</p>	<p>(EF08GE05) Aplicar os conceitos de Estado, nação, território, governo e país para o entendimento de conflitos e tensões na contemporaneidade, com destaque para as situações geopolíticas na América e na África e suas múltiplas regionalizações a partir do pós-guerra. (BRASIL, 2018, p. 389).</p> <p>(EF08GE06) Analisar a atuação das organizações mundiais nos processos de integração cultural e econômica nos contextos americano e africano, reconhecendo, em seus lugares de vivência, marcas desses processos. (BRASIL, 2018, p. 389).</p> <p>(EF08GE08) Analisar a situação do Brasil e de outros países da América Latina e da África, assim como da potência estadunidense na ordem mundial do pós-guerra. (BRASIL, 2018, p. 389)</p> <p>(EF08GE09) Analisar os padrões econômicos mundiais de produção, distribuição e intercâmbio dos produtos agrícolas e industrializados, tendo como referência os Estados Unidos da América e os países denominados de Brics (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul). (BRASIL, 2018, p. 389).</p> <p>(EF08GE13) Analisar a influência do desenvolvimento científico e tecnológico na caracterização dos tipos de trabalho e na economia dos espaços urbanos e rurais da América e da África. (BRASIL, 2018, p. 391).</p> <p>(EF08GE18) Elaborar mapas ou outras formas de representação cartográfica para analisar as redes e as dinâmicas urbanas e rurais, ordenamento territorial, contextos culturais, modo de vida e usos e ocupação de solos da África e América. (BRASIL, 2018, p. 391).</p> <p>(EF08GE19) Interpretar cartogramas, mapas esquemáticos (croquis) e anamorfoses geográficas com informações geográficas acerca da África e América. (BRASIL, 2018, p. 391)</p> <p>(EF08GE20) Analisar características de países e grupos de países da América e da África no que se refere aos aspectos populacionais, urbanos, políticos e econômicos, e discutir as desigualdades sociais e econômicas e as pressões sobre a natureza e suas riquezas (sua apropriação e valorização na produção e circulação), o que resulta na espoliação desses povos. (BRASIL, 2018, p. 391)</p>
<p>9º ano - Ensino Fundamental Anos Finais</p>	<p>(EF09GE03) Identificar diferentes manifestações culturais de minorias étnicas como forma de compreender a multiplicidade cultural na escala mundial, defendendo o princípio do respeito às diferenças. (BRASIL, 2018, p. 393).</p>

Elaborado por Silva (2023) - Fonte: Brasil (2018)

Ao considerar o panorama apresentado anteriormente, é evidente a falta de informações da Geografia da África no currículo do 6º ano. A análise realizada revela a ausência de competências específicas relacionadas ao estudo da África.

No 7º ano, foi observada a inclusão de duas habilidades relacionadas ao ensino da Geografia da África. A primeira habilidade, denominada "EF07GE03", aborda a territorialidade dos povos indígenas originários, incluindo comunidades remanescentes de quilombos, bem como explora os povos das florestas, do cerrado, ribeirinhos e calçaras. Essa habilidade também analisa a relação desses grupos com áreas urbanas e rurais, além de compreender os direitos legais dessas

comunidades (BRASIL, 2018). Esse enfoque está alinhado com a Lei nº 11.645 de 2008, que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e a Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, estabelecendo a obrigatoriedade da inclusão da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena" no currículo oficial da rede de ensino. (BRASIL, 2008).

A segunda habilidade do 7º ano, denominada "EF07GE04", concentra-se na análise da distribuição da população brasileira considerando sua diversidade étnico-cultural, abrangendo os aspectos indígena, africano, europeu e asiático, bem como características relacionadas à renda, sexo e idade nas diferentes regiões do país. (BRASIL, 2018). Essa ponderação é considerável, uma vez que o Brasil enfrenta tensões entre a cultura e o padrão estético negro e africano e o padrão estético e cultural branco europeu. Apesar de a presença da cultura negra e de os negros representarem 45% da população brasileira, conforme dados do censo do IBGE, isso não tem sido suficiente para eliminar ideologias, desigualdades e estereótipos racistas existentes. (BRASIL, 2004).

É interessante notar que o destaque dado ao continente africano ocorre no 8º ano do ensino fundamental. Nessa etapa, destaca-se a concentração de oito habilidades relacionadas à temática africana. De acordo com Silva (2023), ao analisar a Base Nacional Comum Curricular (2018) e o Documento Curricular para Goiás - Ampliado (2018), observou-se que as discussões sobre a Geografia da África estão consolidadas exclusivamente no 8º ano do ensino fundamental, abordando o continente americano em conjunto. Dessa forma, não há uma correlação estabelecida entre África, Europa e Brasil/América.

As três primeiras habilidades do 8º ano, denominadas "EF08GE05", "EF08GE06" e "EF08GE08", estão diretamente relacionadas ao contexto da Geografia Política e Geopolítica, mostrando a aplicação dos conceitos de Estado, nação, território, governo e país para compreender conflitos e tensões contemporâneas. Essas habilidades destacam as situações geopolíticas na América e na África, bem como suas diversas regionalizações pós-guerra. Além disso, analisam o papel das organizações mundiais nos processos de integração cultural e econômica nas realidades americana e africana, reconhecendo as influências desses processos em suas próprias vivências. Por fim, compreendem a situação do Brasil, outros países da América Latina, da África e a posição dos Estados Unidos como potência na ordem mundial pós-guerra. (BRASIL, 2018).

De acordo com Costa (1992), compreender os processos da Geografia Política e Geopolítica é fundamental, pois nessa área, mais do que em outros ramos das ciências sociais, os aspectos relacionados à política dos Estados e às relações internacionais, tanto pacíficas quanto beligerantes, desempenham um papel regulador significativo.

A quarta habilidade do 8º ano, conhecida como "EF08GE09", e a quinta habilidade, "EF08GE13", apontam os aspectos econômicos dos continentes africano e americano. Elas exploram os padrões econômicos globais relacionados à produção, distribuição e comércio de produtos agrícolas e industrializados, tendo como referência os Estados Unidos da América e os países do grupo Brics (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul). Além disso, analisam o impacto do avanço científico e tecnológico na natureza dos diferentes tipos de trabalho e na economia das áreas urbanas e rurais, tanto na América quanto na África. (BRASIL, 2018).

A sexta habilidade, "EF08GE18", e a sétima habilidade, "EF08GE19", referem-se ao tema da cartografia. Elas propõem a elaboração de mapas e outras representações cartográficas para analisar as redes e dinâmicas urbanas e rurais, o ordenamento territorial, os contextos culturais, modos de vida e o uso e ocupação do solo na África e na América. Além disso, envolvem a interpretação de cartogramas, mapas esquemáticos (croquis) e anamorfozes geográficas com informações geográficas sobre esses continentes (BRASIL, 2018).

De acordo com Anjos (2017), os mapas são representações gráficas do mundo real e são ferramentas eficazes para interpretar e compreender o território. Eles revelam a territorialidade das construções sociais e características naturais do espaço, permitindo visualizar os eventos geográficos e seus conflitos. A utilização desses recursos permite uma compreensão ampla e sólida dos elementos geográficos da África, como destacado por Ferracini (2012, p. 178) instrumentos cartográficos, como “mapas, figuras e tabelas, ajuda na construção de um novo olhar para o continente africano”.

A última habilidade do 8º ano, relacionada à Geografia da África, envolve a análise das características de países e grupos de países da América e da África em aspectos populacionais, urbanos, políticos e econômicos. Além disso, promove a discussão sobre as desigualdades sociais e econômicas e as pressões sobre a natureza e seus recursos, destacando a apropriação e valoração desses recursos na produção e circulação, o que muitas vezes resulta na exploração desses povos. (BRASIL, 2018).

No 9º ano, há uma única habilidade, chamada "EF09GE03", que versa as questões étnico-raciais, focando na identificação das diversas manifestações culturais de minorias étnicas como uma forma de compreender a diversidade cultural em escala global e defender o princípio do respeito às diferenças. (BRASIL, 2018). É importante dizer que essa habilidade não menciona em específico o continente africano.

Em se tratando do Ensino de Geografia da África no Ensino Médio, é fundamental compreender os elementos que compõem sua estrutura. As competências e habilidades fundamentais definidas na

Base Nacional Comum Curricular (BNCC) do Ensino Médio estão organizadas por áreas do conhecimento, como Linguagens e suas Tecnologias, Matemática e suas Tecnologias, Ciências da Natureza e suas Tecnologias, Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, conforme previsto no artigo 35-A da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) (BRASIL, 2018).

De conformidade com Silva (2023), é importante analisar e ponderar sobre como os conteúdos relacionados à Geografia da África são abordados após os estudantes concluírem o ensino fundamental. No Ensino Médio, a BNCC da área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas foi estruturada de forma a explorar e questionar categorias essenciais para a formação dos alunos, tais como Tempo e Espaço, Territórios e Fronteiras, Indivíduo, Natureza, Sociedade, Cultura e Ética, e Política e Trabalho (BRASIL, 2018).

Ao examinarmos a BNCC referente à disciplina de Geografia no Ensino Médio, é evidente a ausência não apenas dos conteúdos relacionados à Geografia do continente africano, mas também de todos os outros continentes. Nesse sentido, as competências específicas e habilidades abrangentes são formuladas com o intuito de abordar as disciplinas vinculadas às Ciências Humanas e Sociais Aplicadas no Ensino Médio de maneira geral. (SILVA, 2023). Consoante as considerações de Mendes (2021), o ensino médio tem dado maior ênfase ao debate sobre a interdisciplinaridade e tem destacado os desafios inerentes a essa abordagem no ambiente escolar. A autora também apresenta um quadro detalhado, que será apresentado a seguir, sobre as competências específicas e habilidades da BNCC relacionadas à temática africana e afro-brasileira no ensino médio.

Quadro: Competências específicas e habilidades da BNCC relacionados a temática Africana e afro-brasileira (Ensino médio) segundo perspectiva de Mendes (2021)

Ensino médio – Área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas	
Competências específicas	Habilidades
1: Analisar processos políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais nos âmbitos local, regional, nacional e mundial em diferentes tempos, a partir da pluralidade de procedimentos epistemológicos, científicos e tecnológicos, de modo a compreender e posicionar-se criticamente em relação a eles, considerando diferentes pontos de vista e tomando decisões baseadas em argumentos e fontes de natureza científica.	(EM13CHS102) Identificar, analisar e discutir as circunstâncias históricas, geográficas, políticas, econômicas, sociais, ambientais e culturais de matrizes conceituais (etnocentrismo, racismo, evolução, modernidade, cooperativismo/desenvolvimento e etc.), avaliando criticamente seu significado histórico e comparando-as a narrativas que contemplem outros agentes e discursos.
	(EM13CHS104) Analisar objetos e vestígios da cultura material e imaterial de modo a identificar conhecimentos, valores, crenças e práticas que caracterizam a identidade e a diversidade cultural de diferentes sociedades inseridas no tempo e no espaço.

<p>2: Analisar a formação de territórios e fronteiras em diferentes tempos e espaços, mediante a compreensão das relações de poder que determinam as territorialidades e o papel geopolítico dos Estados-nações.</p>	<p>(EM13CHS204) Comparar e avaliar os processos de ocupação do espaço e a formação de territórios, territorialidades e fronteiras, identificando o papel de diferentes agentes (como grupos sociais e culturais, impérios, Estados Nacionais e organismos internacionais) e considerando os conflitos populacionais (internos e externos), a diversidade étnico-cultural e as características socioeconômicas, políticas e tecnológicas.</p>
<p>6: Participar do debate público de forma crítica, respeitando diferentes posições e fazendo escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.</p>	<p>(EM13CHS601) Identificar e analisar as demandas e os protagonismos políticos, sociais e culturais dos povos indígenas e das populações afrodescendentes (incluindo os quilombolas) no Brasil contemporâneo considerando a história das Américas e o contexto de exclusão e inclusão precária desses grupos na ordem social e econômica atual, promovendo ações para a redução das desigualdades étnico-raciais no país.</p>

Organizado por Mendes (2021) Fonte: BNCC (2018)

Segundo as análises de Mendes (2021), é notável que no Ensino Médio são identificadas três competências específicas e apenas quatro habilidades relacionadas aos temas africanos e afro-brasileiros. Ao contextualizar as competências, percebe-se que a primeira aborda os processos políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais em diversas escalas, desde o local até o mundial, utilizando uma variedade de abordagens epistemológicas, científicas e tecnológicas. O objetivo é desenvolver a compreensão crítica e a capacidade de posicionar-se em relação a esses processos, considerando diferentes perspectivas e tomando decisões embasadas em argumentos e fontes de natureza científica. (BRASIL, 2018).

Ao observar a primeira competência específica, é possível constatar a presença de duas habilidades distintas. A primeira delas, denominada "EM13CHS102", tem como objetivo identificar, analisar e discutir as circunstâncias históricas, geográficas, políticas, econômicas, sociais, ambientais e culturais com base em conceitos fundamentais (como etnocentrismo, racismo, evolução, modernidade, cooperativismo/desenvolvimento, entre outros). Além disso, busca-se avaliar criticamente o significado histórico desses conceitos, comparando-os com narrativas que englobam outros agentes e discursos. Já a segunda habilidade, denominada "EM13CHS104", tem como propósito analisar objetos e vestígios da cultura material e imaterial, a fim de identificar conhecimentos, valores, crenças e práticas que caracterizam a identidade e a diversidade cultural de diferentes sociedades ao longo do tempo e no espaço. (BRASIL, 2018).

A segunda competência aborda a formação de territórios e fronteiras em diferentes períodos e espaços, com base na compreensão das relações de poder que influenciam as territorialidades e o papel geopolítico dos Estados-nação. Dentro dessa competência, destaca-se a habilidade denominada "EM13CHS204", que se concentra nos processos de ocupação do espaço e na formação de territórios, territorialidades e fronteiras. Essa habilidade envolve a identificação do papel desempenhado por diversos agentes, como grupos sociais e culturais, impérios, Estados nacionais e organizações internacionais. Outrossim, dialoga sobre os conflitos populacionais, tanto internos quanto externos, a diversidade étnico-cultural e as características socioeconômicas, políticas e tecnológicas que influenciam esses processos. (BRASIL, 2018).

A terceira e última competência, representada pelo número 6, abrange a participação em debates públicos de forma crítica, respeitando diferentes posições e fazendo escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e à construção de um projeto de vida pessoal, pautado pela liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade. Por fim, a habilidade "EM13CHS601" está relacionada às demandas e ao protagonismo político, social e cultural dos povos indígenas e das populações afrodescendentes (incluindo as comunidades quilombolas) no contexto contemporâneo do Brasil. Essa habilidade considera a história das Américas e o contexto de exclusão e inclusão precária desses grupos na ordem social e econômica atual, buscando promover ações para a redução das desigualdades étnico-raciais no país. (BRASIL, 2018).

PARA NÃO CONCLUIR

Trabalhar a Geografia em sala de aula reside na busca pela compreensão de sua composição geográfica. Esse enfoque envolve a utilização de diversas ponderações para pensar as categorias de análise da Geografia, conforme mencionado por Ferracini e Silva (2022), fica evidente que a relação entre a escola e a universidade desempenha um papel fundamental como mediadora, contribuindo para a formação dos professores de Geografia e História sobre o continente africano. Além disso, esse processo de ensino-aprendizagem reforça a relevância da aplicabilidade da Lei 10.639/03, que estimula o estudo da história e cultura afro-brasileira e africana nas escolas.

Considerando as informações expostas nesta pesquisa, é de suma importância reavaliar as abordagens utilizadas no ensino dos conteúdos geográficos relacionados ao continente africano, tendo em vista que, conforme a BNCC (2018), tais estudos são concentrados no oitavo ano do Ensino Fundamental. Nesse sentido, os professores desempenham um papel imprescindível nesse processo, uma vez que são responsáveis por criar, desenvolver e/ou propor atividades que

possibilitem a efetiva aprendizagem dos temas relacionados à Geografia da África, em conformidade com a Lei nº 10.639/03.

Nesse contexto, a Lei 10.639/03 se configura como uma ferramenta que contribui para as abordagens da educação étnico-racial. Conforme observado por Silva (2023), o qual, trata-se da lei, é válido ressaltar a importância de promover iniciativas extracurriculares voltadas para o estudo da Geografia da África no ensino básico, com enfoque nas questões contempladas pela legislação. Além disso, busca-se promover o conhecimento da legislação tanto pelos alunos quanto pelos professores, por meio do ensino da Geografia.

Silva (2023) assevera que a compreensão das relações étnico-raciais é de extrema importância no cenário atual, visto que a Lei nº 10.639/03 é fruto de uma série de conquistas ao longo de seu contexto histórico. Para mais, bem como argumentado por Ferracini (2018), antes da promulgação da Lei nº 10.639/03, o ensino de Geografia no Brasil dedicava alguma atenção ao tema da África, porém, com uma abordagem direcionada e influenciada por perspectivas eurocêntricas. Essa tendência suscitou intensos debates acadêmicos e pesquisas, que não se limitaram apenas à compreensão da África em si, mas também abrangeram questões relacionadas às africanidades e às relações étnico-raciais no território brasileiro.

Neste estudo, foi realizada uma análise acerca da forma como a Base Nacional Comum Curricular (2018) trata do ensino da Geografia da África, examinando especialmente a distribuição dos conteúdos relacionados a esse tema nos diferentes níveis de ensino da educação básica. Concernente as percepções de Mendes (2021) a BNCC (Base Nacional Comum Curricular) e a BNC (Base Nacional Curricular) são documentos norteadores relativamente recentes da educação brasileira, cujo impacto tem resultado em um aumento significativo de conteúdos africanos no ensino fundamental/anos finais e em menor proporção nas outras etapas de ensino. Essa constatação suscita o desejo de buscar práticas pedagógicas que ultrapassem os limites da visão de Geografia presente nesses documentos.

Diante do exposto, como resultado, verificou-se a inexistência do ensino da Geografia da África na educação infantil. Ainda assim, foi constatado pouca exploração nos anos iniciais e finais do ensino fundamental, exceto pelo 8º ano. A falta do debate dos temas relacionados aos conteúdos geográficos e cartográficos da África contribuiu para um entendimento superficial do assunto, para Silva (2023) é imprescindível que os professores estejam familiarizados com as diretrizes, currículos e documentos que embasam a construção da educação étnico-racial. Essa ação se faz necessária devido à persistência de atitudes racistas no campo educacional, que podem estar relacionadas à falta de conhecimento adequado sobre essa temática.

Por fim, no ensino médio, observou-se que existe uma discussão insuficiente sobre o assunto. Todavia, é possível inferir que tanto a Lei nº 10.639/03 quanto o conjunto de obras traduzidas, publicadas e disponibilizadas online pela Unesco enfatizam a necessidade dos estabelecimentos de educação básica, incluindo os níveis infantil, fundamental, médio e de jovens e adultos, estarem equipados com livros e materiais didáticos que abordem de forma específica essa temática (FERRACINI, 2018).

REFERÊNCIAS

- ANJOS, R. S. DOS. **A GEOGRAFIA, A ÁFRICA E OS NEGROS BRASILEIROS**. In: **Munanga, K. (Org). Superando o Racismo na Escola**. Brasília - DF: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.
- ANJOS, R. S. DOS. A GEOGRAFIA DO BRASIL AFRICANO, O CONGO E A BÉLGICA – UMA APROXIMAÇÃO. **Geografias e (in)visibilidades: paisagens, corpos, memórias**, p. 349–382, 2017.
- BRASIL. **Lei 10.639 de 9 de janeiro de 2003. Altera a lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-bra**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm>. Acesso em: 28 jul. 2023.
- BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília - DF, 2004.
- BRASIL. **Lei 11.645 de 10 de março de 2008. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a o**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm>. Acesso em: 28 jul. 2023.
- BRASIL. **Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão Brasília - DF, 2013.
- BRASIL. **Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.
- FERRACINI, R. Dialogando geografia acadêmica e escolar: O caso do continente africano. **GeoTextos**, v. 8, n. 2, p. 12–20, 2012.
- FERRACINI, R. A velha roupa colorida: Brasil e África na geografia escolar. **Geografia Ensino & Pesquisa**, v. 22, p. 9, 2018.

FERRACINI, R. A. L.; SILVA, M. H. P. DA. ALFABETIZAÇÃO CARTOGRÁFICA : O ENSINO ANTIRRACISTA DE GEOGRAFIA DA ÁFRICA. **Revista Tamoios**, p. 185–201, 2022.

MENDES, R. A. **UM DESCORTINAR DE MUNDOS: REFLEXÕES ACERCA DA TEMÁTICA AFRICANA NOS CURSOS DE LICENCIATURA EM GEOGRAFIA**. 2021. 131 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2021.

MUNANGA, K. **Superando o Racismo na Escola / Kabengele Munanga, organizador**. 2. ed. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

SANTOS, R. E. DOS. **REDISCUTINDO O ENSINO DE GEOGRAFIA : TEMAS DA LEI 10.639**. 2ª ed. Rio de Janeiro: CEAP, 2009.

SANTOS, R. E. DOS; OLIVEIRA, D. A. DE. Precisamos reler África? **Texto elaborado para o projeto “A cor da cultura”, do Canal Futura**. Rio de Janeiro, 2013.

SILVA, M. H. P. DA. SUPLEMENTO Cadernos Olhares Docentes (org). Rosemberg Apaercido Lopes Ferracini. **Revista África e Africanidades**. p. 10–11, 2021.

SILVA, M. H. P. DA. **A ALFABETIZAÇÃO CARTOGRÁFICA COMO SUBSÍDIO AO ENSINO DE GEOGRAFIA DA ÁFRICA NO CEPI DONA GERCINA BORGES TEIXEIRA EM PORANGATU-GO**. 2023. 191f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Tocantins, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Porto Nacional, 2023.